

O dilema da Social-Democracia (1)*

Antonio Ozaí da Silva**

A social-democracia alemã representou, desde o início, o pólo irradiador do marxismo. Sua liderança repousava na força teórica dos seus principais dirigentes e no acúmulo prático da sua política. O SPD, já em fins do século XIX, era o maior partido socialista do mundo. A experiência alemã sintetiza os dilemas do movimento operário socialista internacional e expressa a sua tragédia.

Já Marx observou que a Alemanha realizou a revolução no âmbito do pensamento filosófico abstrato. Os filósofos alemães saudaram a Revolução Francesa e associaram os seus princípios aos ideais promovidos por ela. Aos olhos da Kant, Fichtel, Schelling e Hegel, esta revolução representava a emancipação do indivíduo enquanto senhor do seu próprio destino e era o complemento do processo iniciado pela reforma luterana.

Como filosofia, o idealismo cumpria o papel de responder teoricamente aos desafios colocados pela França revolucionária. Embora tenha contribuído decisivamente para a formulação das teorias que permitiam a reorganização do Estado e da sociedade sob bases racionais, o idealismo alemão foi impotente diante da realidade em que se desenvolvia.¹



O drama e a tragédia da revolução alemã explicitaram-se nos acontecimentos de 1848. Engels, analisando esta experiência, traça-nos um perfil histórico dessa sociedade:

“A burguesia alemã, em vez de alcançar a vitória por suas próprias forças, triunfou a reboque de uma revolução operária francesa. Antes de ter

derrotado completamente seus inimigos – a propriedade feudal da terra, a burocracia e a covardia pequeno burguesa – teve que fazer frente a um novo inimigo: o proletariado. (...) Assustada, não propriamente pelo que o proletariado alemão significava, mas pelo que ameaçava chegar a ser e pelo que já era o proletariado francês, a burguesia viu sua salvação unicamente num conchavo, mesmo que fosse o mais covarde, com a monarquia e a nobreza”.²

Estas palavras resumem o período histórico e fornecem a exata dimensão da complexa realidade da luta de classes na Alemanha. O Estado alemão só conseguiu unificar-se em 1871, após três guerras sucessivas: contra a Dinamarca, Áustria, Hungria e França.

Nesse processo, a Prússia – principal Estado alemão, onde residia metade da população – anexou principados e cidades livres. O Estado unificado assumiu a forma de uma confederação composta por 25 estados regionais (sendo a Prússia hegemônica).

A consolidação deste Estado insere-se num contexto de acomodação entre os interesses das classes dominantes. A burguesia renuncia à luta pelo controle direto do poder e entrega à monarquia a tarefa de gerir o Estado e administrar as contradições entre as classes. Com as reformas pelo alto e o controle do aparelho militar, Bismarck explora habilmente as diferenças entre as classes e domina o antagonismo entre os junkers e a burguesia.

O desenvolvimento do capitalismo alemão caracteriza-se por sua particularidade tardia conciliatória. Ao contrário das revoluções clássicas (ou mesmo da via russa), na Alemanha não houve uma ruptura radical com as velhas formas econômicas e sociais. As alterações políticas, econômicas e sociais, resultaram de acordos entre o novo (emergente) e o velho (em fase de perecimento).

Esse processo, definido por Lukács como a **via prussiana**, representa o pano de fundo social e histórico da evolução política alemã. Herf, em brilhante estudo sobre as raízes culturais e ideológicas do nazismo, descreve suas características principais:

“As unidades econômicas eram de vulto e a intervenção do estado direta e ampla. Nenhuma das tradições do *laissez-faire* granjeava o acolhimento das classes proprietárias. Acima de tudo, a industrialização capitalista ocorria sem uma revolução burguesa bem-sucedida. A burguesia, o liberalismo político e o iluminismo

permanecem débeis. Em nenhuma outra parte da Europa o rápido processo de industrialização entabulou um conflito tão brusco e áspero com as suas estruturas feudais, como na Alemanha.” (HERF, 1993: 257)

A constituição do Estado alemão, por suas próprias características originais, não superou as particularidades inerentes ao processo de formação regional e local. Mesmo após a unificação coexistiriam várias formas de relações sociais e graus de desenvolvimento diferenciados. Em algumas regiões ainda predominava o absolutismo; na Prússia, o sufrágio universal concedido aos homens em 1848, foi substituído, no ano seguinte, por um sistema de três classes baseados na renda individual. O parlamento era limitado pelo poder central, cujas prerrogativas iam desde a definição e aplicação da política exterior até a responsabilidade pela organização das forças armadas, das ferrovias, dos impostos e da estrutura bancária. O primeiro ministro não era eleito, mas indicado pelo Imperador e responsável perante ele.

Este sistema de governo prevaleceu até o advento da República e proporcionou uma rápida expansão industrial, a qual acarretou importantes repercussões: crescimento do proletariado e aceleração do processo de urbanização. Entre 1882-1885, a mão-de-obra industrial aumentou seu efetivo em 40% (passou de 7,3 pra 10,2 milhões). Os trabalhadores empregados em fábricas com mais de mil funcionários passaram de 213 mil para 448 mil. A população aumentou em proporções vertiginosas: passou de 41 milhões em 1871 para 49 milhões em 1890 e 67 em 1914. Em 1841, apenas 1/3 dos alemães viviam

nas cidades; em 1910, esse número atinge 2/3.

Nestas condições, desenvolveram-se as atividades sindicais e políticas: os sindicatos, sob influência social-democrata, passaram de 50 mil associados em 1879 para 344 mil em 1890, 850 mil em 1900 e 3,2 milhões em 1912.

Com o surto industrial desencadeado logo após a queda de Bismarck, em 1890, a Alemanha superou a França e Inglaterra, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. O *boom* econômico embutia a necessidade de expansão capitalista além das fronteiras nacionais, o que acirrava os conflitos com as demais potências mundiais.

Por outro lado, as sucessivas vitórias militares, os avanços nas ciências e nas artes e o desenvolvimento tecnológico, haviam alimentado uma ideologia nacionalista, protecionista e com tendências à expansão colonial e à exaltação do Estado.

Esse aspectos ideológicos fincaram raízes profundas nas massas e na liderança. Sem dúvida, são fatores históricos de fundamental importância para a compreensão da trajetória da social-democracia alemã e os desfechos das lutas sociais e políticas que influenciaram o movimento operário internacional.

Nos anos em que vigoraram as leis anti-socialistas, a social-democracia tornou-se admirada pelos êxitos eleitorais e pela forma como enfrentou as perseguições. Durante este período, o SPD só podia manifestar-se com certo grau de liberdade através da atuação parlamentar. Com efeito, Bismarck não logrou suprimir o direito do partido participar das eleições para o *Reichstag*

(parlamento nacional) e para o *Landstag* (parlamentos regionais).

Nesta fase, o SPD manteve a organização na clandestinidade. Sua estrutura básica consistia em pequenos grupos de militantes que se relacionavam com o conjunto do partido por intermédio dos “homens de confiança” do quadro dirigente. As circunstâncias exigiam um alto grau de centralização e o partido era dirigido a partir da cúpula (qualquer reunião tinha que ser realizada no exterior).

Publicamente, o partido era identificado por seus representantes no parlamento, os únicos que podiam expressar-se e atuar em liberdade. Na prática, a direção oficial do SPD era exercida por eles. Mesmo nestas condições, o partido conseguiu atuar de maneira revolucionária utilizando o parlamento para a propaganda socialista.

A ação do partido neste período não representou o abandono da tática legal. A direção e a fração parlamentar no *Reichstag* não apenas defendiam a legalidade do partido, como a consideravam condição necessária ao aprofundamento da democracia, cujo primeiro passo seria por fim às leis anti-socialistas. Por outro lado, as condições desfavoráveis para a militância, gerada pela perseguição e censura, potencializaram o ativismo e favoreceu a radicalização do discurso ideológico.

Esta situação foi favorável à ampliação da influência do marxismo. Embora identificado com a teoria desenvolvida por Marx e Engels, o novo partido, resultante da fusão entre os lassallianos e os eisenachianos, estava em flagrante contradição teórica com as formulações marxianas elaboradas a partir da luta contra as idéias de Lassalle e o Estado prussiano. Tanto é que Marx manifestou

sua discordância com o programa adotado pelo partido.

Essa crítica só viria a público em 1890, quando Engels publicou as *Glosas ao Programa de Gotha* na *Neue Zeit*.³ Esta publicação teve a resistência de setores da direção partidária, inclusive do legendário Wilhelm Liebknecht, o qual já havia manifestado sua discordância ao próprio Marx quinze anos antes.

Com o fim das leis anti-socialistas e a retomada da liberdade de organização e expressão, os êxitos eleitorais anteriores despertaram grandes esperanças e influíram de forma decisiva em setores do partido. Se até então a estratégia centrava-se na oposição à totalidade da sociedade burguesa, agora, sob novas condições, colocavam-se em pauta questões como: relação entre reforma e revolução, entre os objetivos imediatos e os estratégicos, a realização de alianças, etc.

Neste contexto, as divergências afloraram. A direção do partido, sob a liderança de Bebel e do grupo parlamentar, defendeu a continuidade de uma prudente tática legal e a estreita subordinação do partido ao órgão central. À esquerda, os “jovens” (um grupo minoritário) defenderam uma tática mais radical.

Apesar de limitados pelo excesso de radicalismo, os “jovens” foram os primeiros a identificar a contradição entre o programa revolucionário e a realidade da prática do partido (em especial seu caráter político e a tendência à burocratização da direção e do grupo parlamentar).

No Congresso de Erfurt (14-20 de outubro de 1891), os “jovens” foram expulsos. A vitória da direção foi vista como resultado da influência pequeno-burguesa no partido. Hans Muller, um

dos “jovens”, observou que na fase das leis anti-socialistas o partido foi obrigado a “recorrer a toda uma série de pequeno-burgueses, foi levado a favorecer companheiros que tinham sido operários mas aos quais se reprovava o fato de levarem uma vida pequeno-burguesa”.⁴

Esta modificação na composição social do partido foi acompanhada por um certo arrefecimento em torno dos objetivos revolucionários, o que se refletia na prática partidária. Já nesta época, o deputado George von Vollmar defendia a adoção de uma nova tática que priorizasse a luta pelas conquistas imediatas.

Esta política potencializou a atuação parlamentar, os acordos com outros partidos e as negociações com o Estado para a implementação de medidas reformistas. As posições de Vollmar, que obteve o apoio dos delegados da Baviera e de parte dos delegados do sul, foram os germens de uma concepção gradualista que alimentaria o revisionismo.

O Congresso de Erfurt rechaçou essas teses. Bebel defendeu a manutenção da tática do partido e frisou que as posições de Vollmar levariam o partido ao oportunismo e o desviariam da sua função de denúncia e luta contra as raízes do sistema capitalista. Era necessário manter o radicalismo discursivo, do contrário o entusiasmo da militância seria minado.

Porém, apesar do revolucionarismo verbal, Bebel considerava a prudência na atuação do partido como uma “consequência necessária” do seu crescimento, afinal ele não era “uma seita sem importância nem responsabilidade”.⁵ “O ponto de vista puramente contestador que aceitei antes de 1870 pode valer em geral só para

curtos períodos de transição, mas a longo prazo cansa e paralisa”, diria o velho Liebknecht.⁶

Comentando a expulsão dos “jovens”, considerada como uma necessidade disciplinar, Bebel reconhecia que eles poderiam desempenhar um papel importante pois pressionaria o partido à esquerda e poderia contribuir na luta contra as tendências direitistas representadas pelas posições de Vollmar.

Bebel preocupava-se, então, com o fato de “muitas pessoas, até nos círculos dos amigos mais chegados”, terem simpatizado com Vollmar, “ainda que não o dissessem abertamente”. Para ele, a solução do problema passava a depender da própria evolução da social-democracia:

“Minha única esperança é que as coisas e a caminhada para a frente sejam mais fortes que a vontade dos líderes e que, no momento oportuno, intervenha a pressão das bases no caso de que em cima se freie muito abertamente”.⁷

O Programa de Erfurt, apresentado por Karl Kautsky, dividiu-se em duas partes: na primeira, retomou as leis do desenvolvimento capitalista por meio dos conceitos marxistas, reproduzindo trechos de “O Capital”; a segunda, tratou das questões práticas e imediatas, estabelecendo um rol de reivindicações como: direito de voto às mulheres, representação proporcional, autonomia administrativa, etc. Este programa foi aceito sem maiores modificações.

Ao nível da teoria o programa reafirmou o marxismo como ideologia oficial do partido, o que sustentava o discurso radical contra a ordem burguesa. Na prática, porém, a estratégia política da social-democracia enfatizava a atuação parlamentar.

Progressivamente, os dirigentes passaram a assimilar a crença na possibilidade de obtenção da maioria no parlamento e a relativizar as críticas anteriores ao caráter desta instituição. Aos poucos se produzia uma dinâmica que fragmentava a unidade dialética entre a teoria e a prática. O marxismo era reduzido a uma dada interpretação do desenvolvimento da sociedade capitalista de caráter determinista.

No discurso de Wilhelm Liebknecht, no Congresso de Erfurt, esta tendência já se fazia presente. Polemizando com a esquerda ele defendeu a participação eleitoral e enfatizou que o núcleo central da atuação do partido estava no âmbito exterior. Os fins passavam a justificar os meios:

“A essência do revolucionário está, não nos meios, mas no fim. A violência tem sido durante milhares de anos um fator de reação. Provais que o nosso fim é falso, e então podereis dizer que o partido foi desviado por seus chefes do caminho da revolução”.⁸

Esta retórica justificava uma prática que não apenas evidenciava uma contradição entre meios e fins, como também os distanciava numa escala sempre crescente.

Se, desde a Revolução Francesa, as massas representavam a ala radical da democracia, havia muito que o aprofundamento desta deixara de interessar à burguesia e tornara-se interesse quase que exclusivo do proletariado. Não demorou e a própria social-democracia passou a aceitar a democracia representativa enquanto valor estratégico.

No início, esta identificação era feita apenas por uma parcela minoritária. Com o passar do tempo, democracia representativa e socialismo tornar-se-

iam sinônimos. O social-democrata Eduard Bernstein foi quem melhor expressou esta teoria. Para ele, o socialismo era simplesmente “a democracia levada à sua conclusão lógica”.⁹

O dilema social-democrata estava colocado de forma candente: será que a burguesia respeitaria a ordem legal no caso dos socialistas transformarem-se em maioria? Será que, como apontou Branting em 1886, “a classe dominante respeitaria a vontade popular mesmo que esta exigisse a abolição dos seus privilégios?”¹⁰ Não havia o risco de concentrar-se nas reformas? Não seria melhor assumir a posição abstencionista? Mas, como garantir os interesses políticos e imediatos dos trabalhadores sem a participação política e sem a luta por sua aprovação em forma de lei? Não seriam as leis arrancadas a ferro e fogo ao parlamento burguês uma forma de minar o poder da burguesia?

Esse dilema foi bem explicitado pelo biógrafo de Bernstein:

“É, portanto, impossível o socialismo democrático? Ou pode ser alcançado tão-somente se o partido estiver disposto a abandonar temporariamente o método democrático para chegar ao poder pela violência, esperando voltar ao parlamentarismo assim que assumir o controle? Tudo indica que esta segunda alternativa encerra trágicas possibilidades: um movimento democrático que recorre a métodos autoritários para atingir seu objetivo não deve permanecer democrático por muito tempo. Não obstante, a primeira alternativa – aferrar-se a procedimentos democráticos em todas as circunstâncias – pode condenar o partido à contínua impotência política”.¹¹

Nos primeiros anos, quando o dilema ainda não se colocava com a intensidade que viria a ter posteriormente, Kautsky concebia a social-democracia como uma força em crescimento ininterrupto. Para isso, bastaria utilizar da melhor maneira possível as liberdades democráticas, bem como, ampliá-las ao máximo.

A concepção de Kautsky embute um fatalismo histórico: o socialismo seria inevitável. Pois, se o socialismo é uma “necessidade histórica”, então, poderá resultar de um lento, longo e persistente trabalho, num processo de acúmulo de forças. Para quê pressa se o desenvolvimento do sistema capitalista acentua suas contradições e torna inevitável a vitória do proletariado?

Kautsky aceitava a necessidade da violência, mas a via como medida defensiva em caso de reação à marcha natural do socialismo (o qual seria o prolongamento da democracia). No regime democrático, a violência seria um recurso não apenas inútil, mas também prejudicial ao proletariado. A social-democracia deveria atuar segundo o método pacífico da luta de classes. Em sua concepção, este método não estava em contradição com o caráter do partido, que, embora revolucionário, não era um partido para fazer revoluções.

Como Liebknecht, Kautsky considerava que a essência da revolução estava no fim e não nos meios. O caminho para o poder passava pela organização, a propaganda socialista e os êxitos eleitorais. Entretanto, Kautsky procurava se diferenciar dos revisionistas: recusava e combatia a tese da conquista do socialismo via acumulação gradual de reformas. Para ele, o socialismo seria resultante da acentuação das contradições inerentes ao capital e da conquista do poder,

dentro e fora do parlamento, suficiente para impor mudanças revolucionárias.

A tendência à supervalorização da estratégia parlamentar e a consequente preeminência do reformismo no partido foi favorecida pela crescente capacidade do sistema capitalista em implementar reformas e pela crescente pressão dos sindicatos em torno das reivindicações de caráter imediato. Já Marx já havia salientado esta tendência:

“O movimento operário ascendente imprimido pela acumulação do capital ao preço do trabalho, prova que a corrente de ouro com que o capitalista prende o assalariado, e que este mesmo não deixa de fabricar, já é suficientemente grande para permitir uma diminuição da tensão”.¹²

De fato, a estratégia social-democrata tem origens na decisão de participar das instituições políticas burguesas. Engels, em 1884, diante do sucesso eleitoral, comparava a ascensão do partido à trajetória do cristianismo e, de forma otimista, imaginava ser “possível calcular matematicamente, desde hoje, a equação de sua crescente velocidade e, portanto, o momento de sua vitória”.¹³

O contínuo crescimento eleitoral parecia confirmar a tese de Engels. Em 1895, ele fez um balanço positivo da estratégia parlamentarista e da utilização do sufrágio universal como forma de luta mais adequada às novas condições da sociedade:

“Viu-se que as instituições estatais em que a dominação da burguesia se organiza ainda oferecem mais possibilidades através das quais a classe operária pode lutar contra essas mesmas instituições”.¹⁴
(Marx, 1982b: p.200)

Para ele, o uso vitorioso do voto e do parlamento levou a burguesia e o

governo “a ter mais medo da ação legal do que da ilegal do partido operário, a rezear mais os êxitos eleitorais do que os da rebelião”. (id.)

Comparando as lutas de 1848 com a realidade de 1895, Engels concluiu que o exército encontrava-se em condições mais favoráveis do que os civis e que uma futura insurreição só teria chances de vitória se contasse com mais força e com outros fatores que compensassem as desvantagens.

Engels, seguindo a tradição marxiana, refutava o blanquismo e retomava a concepção da revolução enquanto obra consciente das massas:

“O tempo dos ataques de surpresa, das revoluções levado a cabo por pequenas minorias conscientes à frente de massas inconscientes, já passou. Sempre que se trata de uma transformação completa da organização social são as próprias massas que devem estar metidas nela, tem que ter compreendido já o que está em causa, por que é que dão o sangue e a vida. Isto foi o que a história dos últimos cinquenta anos nos ensinou. Mas para que as massas entendam o que há a fazer é necessário um longo e perseverante trabalho; e esse trabalho, é precisamente o que agora estamos realizando e com um êxito que leva nossos adversários ao desespero”.
(id., pp. 203-04)

Engels não faz apologia à espontaneidade das massas. Cabe ao partido trabalhar perseverantemente pelo esclarecimento dos objetivos e das tarefas do movimento operário, conscientizar as massas e incorporá-las às lutas revolucionárias. Ele mantém a concepção de partido de massas. Seu raciocínio é simples: quanto maior for a participação das massas, maior será a força do partido e menor serão as

possibilidades de vitória da reação burguesa.

O proletariado deveria evitar desgastar-se em pequenas lutas e não aceitar as provocações da burguesia. Engels aconselhou a social-democracia a manter a estratégia da luta legal, procurando organizar os sindicatos e fortalecer o partido. Seu otimismo levou-o a prever que, caso o ritmo do crescimento permanecesse,

“conquistaremos até o final do século a maior parte das camadas médias da sociedade, tanto os pequenos burgueses como os pequenos camponeses, e transformar-nos-emos na força decisiva do país perante a qual todas as outras forças, queiram ou não, terão que se inclinar”. (id., p. 205)

Essa análise não o levou a iludir-se perante a burguesia. Esta, não iria ficar passiva diante do avanço do socialismo e, conseqüentemente, tendia a reagir com violência e a romper a legalidade. Caso a social-democracia não estivesse preparada para o combate, a burguesia poderia impor retrocessos e sacrifícios ao proletariado.

Neste momento, Engels resgatava a tese já esboçada por Marx nos anos 1860, segundo a qual nos países onde as liberdades democráticas estavam em estágio mais avançado havia a possibilidade de um governo socialista chegar ao poder. Neste caso, a luta revolucionária adquiria o caráter de defesa da legitimidade do governo eleito contra a provável reação da burguesia. Isto não significava qualquer ilusão pacifista, mas simplesmente o reconhecimento de uma realidade que exigia a readequação da estratégia e tática revolucionária. Marx observou que “nenhum grande movimento nasceu sem derramamento de sangue”.¹⁵ E isso, não por desejo dos revolucionários, mas

por imposição dos métodos de luta assumidos pela contra-revolução. (Hobsbawm, 1987: 324-25)

Porém, não faltou quem tivesse uma interpretação unilateral das palavras de Engels.¹⁶ Destacados dirigentes do SPD “fizeram passar por elemento essencial da tática e da estratégia “marxista” um apego rígido e irremovível à linha de sucessos eleitorais, o que falseava completamente a perspectiva de Engels”. (Steinberg, 1982: 218)

O próprio Engels criticou o uso indevido e parcial de seu texto, que faziam-no passar por “um adorador pacífico da legalidade a qualquer preço”.¹⁷

Por outro lado, ele observou que escreveu em circunstâncias que exigiam prudência. Em carta à Kautsky, afirmou: “Meu texto sofreu um pouco em consequência das apreensões de nossos amigos de Berlim que temem o projeto de lei sobre atividades subversivas”.¹⁸

Em correspondência com Paul Lafargue, Engels afirmou que Liebknecht – o editor da versão publicada¹⁹ – selecionara tudo o que pudesse “servir de suporte à tática de paz a qualquer preço”. Irritado com o procedimento de Liebknecht, ele esclareceu que advogava “estas táticas apenas para a Alemanha” e, mesmo assim, com ressalvas. Para ele, na França, Bélgica, Itália e Áustria, estas propostas não eram passíveis de plena aplicação e na Alemanha poderiam “tornar-se inaplicáveis amanhã”.²⁰

Referências

COLE, G. D. H. **Historia del Pensamiento Socialista**, III. (1986) México, Fondo de Cultura Económica.

HERF, Jeffrey. **Modernismo Reacionário: Tecnologia, Cultura e Política na República de Weimar e no Terceiro Reich**. (1993) São Paulo, Ensaio; Campinas, Ed. da UNICAMP.

HOBBSBAWM, Eric J. **Aspectos Políticos da Transição do Capitalismo ao Socialismo**. (1987) In HOBBSBAWM, E.J. (org.) **História do marxismo**, Vol. 1. , 3ª. Edição. Rio de Janeiro, Paz e terra pp. 301-46.

KAUTSKY, Karl. **O Caminho do Poder**. (1979) São Paulo, Hucitec.

KELLOG, Paul. *Engels e as raízes do "revisionismo": uma reavaliação*. In: **Práxis**, Nº 4. BH, Julho de 1995, pp. 88-108.

LOUREIRO, Isabel Maria e VIGEVANI, Tullo (org.) **Rosa Luxemburgo: a recusa da alienação**. (1991) São Paulo: UNESP/FAPESP.

MARCUSE, Herbet. **Razão e Revolução**. (1988) Rio de Janeiro, Paz e Terra, 4ª Edição.

MARX, Karl. **A Burguesia e a Contra-Revolução**. (1987) São Paulo, Ensaio.

_____. **A Guerra Civil em França**. (1982a) OE., Tomo I. Lisboa, Edições Avante.

_____. **As Lutas de Classes em França**. (1982b) O.E., Tomo I, Lisboa, Edições Avante.

MATTICK, Paul [et. Alli....] **Karl Kautsky e o Marxismo**. (1988) Belo Horizonte, Oficina de Livros. (Coleção Estudos Marxistas).

NEGT, Oskar. **O marxismo e a teoria da revolução no último Engels**. (1982) In: HOBBSBAWM, Eric (org.). **História do Marxismo**, vol. 2. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp. 125-200.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. (1989) São Paulo, Companhia das Letras.

STEINBERG, Hans-Joseph. **O Partido e a formação da ortodoxia marxista**. (1982) In idem, pp. 201-55.

* Extraído de **Partido de massas e Partido de quadros: a Social-Democracia e o PT**, p. 55-72, (São Paulo: CPV, 1996).



** ANTONIO OZAÍ DA SILVA é

professor do Departamento de Ciências Sociais (UEM) e autor de **História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)** (São Paulo: Proposta Editorial, 1987) e **Partido de massas e partido de quadros: a Social-Democracia e o PT** (São Paulo: CPV, 1996). Blog: <http://antoniozai.wordpress.com>; Email: aosilva@uem.br

¹ Na introdução de "*Razão e Revolução*", Marcuse (1988) analisa o significado do idealismo alemão no contexto sócio-histórico do pós-revolução francesa. (Ver pp. 17-40)

² Citado por J. Chasin no prefácio à obra de Karl Marx, "*A burguesia e a contra-revolução*" (1987), págs. 27-28.

³ A **Neue Zeit** foi fundada em janeiro de 1883 e passou a ser dirigida por Kautsky, o qual, com o apoio de Engels, intensificou sua atividade de publicista a serviço da popularização do marxismo. Em pouco tempo ela tornou-se um dos mais importantes meios de difusão da social democracia em toda a Europa. Como afirma Procacci, nela colaborou a fina flor do socialismo internacional (Lafargue, Viktor Adler, Plekhánov, Mehring ...). Os números da **Neue Zeit** eram lidos e comentados em todo o movimento operário europeu. Na Rússia, os social-democratas chegaram a aprender a língua alemã para poder lê-la no original - o que os livrava das traduções censuradas pelo regime czarista. Esta publicação teve um importante papel na vida de Kautsky: "onde fosse que se discutisse o marxismo e se lutasse pelo socialismo" o seu nome "era pronunciado com respeito". Ver: PROCACCI, Guiliano. *Introdução a A questão agrária de Karl Kautsky*. In: MATTICK, Paul et alli. *Karl Kautsky e o Marxismo* (Coleção Estudos Marxistas). Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988, p. 95.

⁴ Apud Negt, 1982, pp. 182-83.

⁵ Apud Matthias, 1988, p.44.

⁶ Idem.

⁷ Idem, p. 45.

⁸ Apud Cole, 1986, p. 244.

⁹ Apud Przeworski, 1989, p. 29.

¹⁰ Apud idem, p.21.

¹¹ Apud idem, p.29.

¹² Apud Mattich, 1988, p. 17. Este autor sugere que as lutas operárias foram um fator de desenvolvimento capitalista. Portanto, o movimento operário e seus líderes (ele cita Kautsky), após um período de confrontação,

terminaram por se colocar “subjetivamente” enquanto defensores da ordem capitalista. Os rumos da social-democracia alemã confirmam esta análise. Porém, aceitá-la acriticamente é o mesmo que operar uma espécie de determinismo às avessas daquele que imperou sob Kautsky.

¹³ *Engels a Kautsky, 8 de novembro de 1884.* Apud Steinberg, 1982, p.215.

¹⁴ Ver a “*Introdução de Friedrich Engels à edição de 1895*” de “*As Lutas de Classe em França*”, de Karl Marx.

¹⁵ Apud Hobsbawm, 1987: p.325.

¹⁶ A “*Introdução*”, considerada o “*testamento*” político de Engels, é utilizada pelos revisionistas e reformistas como argumento legitimadora prática eleitoral. Embora Engels tenha combatido esta perspectiva política e fosse consciente dos perigos dos oportunistas, ele parece ter subestimado a possibilidade do desenvolvimento dos partidos social-democratas levar à integração ao sistema e não ao confronto. Essa é, por exemplo, a avaliação de Hobsbawm, 1987, p.325.

¹⁷ *Carta a Kautsky, 1 de abril de 1895.* Apud Kautsky, 1979, p.41.

¹⁸ Idem, p.40. Engels refere-se ao projeto de lei enviado ao parlamento que previa a restrição da liberdade de expressão dos socialistas, com o objetivo de impedir sua propaganda. Esta discussão voltaria à tona nos anos da Revolução Alemã. Luxemburgo, no Congresso de Fundação do KPD, na polêmica com a ala esquerda, referiu-se afirmou a necessidade de revisar a concepção oficial da social-democracia quanto à luta parlamentar. Mas, embora reconheça que as declarações de Engels resumem a concepção parlamentarista adotada, ela isenta-o de qualquer culpa e refere-se ao contexto em que tais palavras foram escritas. Ver: *Intervenção de Rosa Luxemburgo no Congresso de Fundação do Partido Comunista Alemão.* In: Loureiro e Vigevani (orgs.) ,1991, pp. 19-21.

¹⁹ O texto integral só viria a público quarenta anos depois.

²⁰ Apud Kellog, 1955: pp. 98-99. Este autor defende a posição de que Engels, longe de antecipar Bernstein, antecipou Lenin e Gramsci.